



Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Rio Branco, 404 - Sala 1203 - Torre I
88015-200 - Florianópolis, SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Central Tel 55 (48) 3029-6500
Fax 55 (48) 3029-6515
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que os ativos intangíveis provenientes de direito oriundo de contratos de concessões sejam amortizados pelo menor entre: (i) o prazo da vida útil estimada dos ativos subjacentes ao direito de concessão ou (ii) prazo remanescente do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2012 a Companhia não havia efetuado análise da vida útil estimada do ativo intangível da concessão. Conseqüentemente, não foi possível determinar os efeitos, se existirem, em relação às despesas de amortização e à amortização acumulada do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGás em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós, que emitimos relatório datado em 10 de abril de 2012, contendo modificação similar a descrita no parágrafo base para opinião com ressalva.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2012	31/12/2011	Passivo	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.885.121	59.208.510	Fornecedores	9	95.612.595	93.255.635
Contas a receber de clientes	5	38.264.587	31.483.207	Financiamentos	10	4.151.582	4.528.999
Adiantamento a fornecedores	7	1.266.584	-	Obrigações sociais e trabalhistas		5.514.261	4.455.327
Estoques		1.170.494	1.013.549	Obrigações tributárias	11	3.673.352	2.102.352
				Imposto de renda e contribuição social	12	4.350.581	9.870.750
Outras contas a receber		991.654	639.653	Participação nos lucros		2.455.181	2.327.684
Despesas antecipadas		186.493	268.437	Dividendos propostos a pagar	15.c	5.642.690	10.445.509
				Cauções em garantia	14	302.869	305.784
Total do ativo circulante		79.764.933	92.613.356	Provisão para processos judiciais	13	2.470.326	2.029.093
Não circulante				Total do passivo circulante			
Realizável a longo prazo						124.173.437	129.321.133
Contas a receber de clientes	5	12.396.075	-	Não circulante			
Tributos diferidos	6	2.828.829	2.725.677	Financiamentos	10	-	4.151.582
Adiantamento a fornecedores	7	24.574.516	19.631.603	Cauções em garantia	14	635.836	839.807
Depósitos judiciais		1.201.152	1.141.358				
				Total do passivo não circulante		635.836	4.991.389
		41.000.572	23.498.638				
Investimentos		2.400	2.400	Patrimônio líquido			
Intangíveis	8	198.159.895	194.350.695	Capital social	15	121.544.940	121.544.940
				Reservas de lucro		24.308.987	23.271.098
		198.162.295	194.353.095	Reserva de retenção de lucros		48.264.600	31.336.529
Total do ativo não circulante		239.162.867	217.851.733	Total do patrimônio líquido		194.118.527	176.152.567
Total do ativo		318.927.800	310.465.089	Total do passivo e patrimônio líquido		318.927.800	310.465.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Receita líquida - Venda de gás	16a	588.391.327	489.370.275
Receita de construção - CPC 17	16b	<u>32.868.405</u>	<u>38.924.919</u>
		621.259.732	528.295.194
Custo dos produtos vendidos	17	(525.484.725)	(395.550.325)
Custo de construção - CPC 17	16b	<u>(32.868.405)</u>	<u>(38.924.919)</u>
		(558.353.130)	(434.475.244)
Lucro bruto		62.906.602	93.819.950
Despesas operacionais			
Despesas de vendas		(6.808.232)	(7.469.766)
Despesas administrativas		(18.040.004)	(16.472.544)
Outras despesas		<u>(2.819.845)</u>	<u>(5.601.448)</u>
		(27.668.081)	(29.543.758)
Lucro antes do resultado financeiro		35.238.521	64.276.192
Receitas financeiras		1.325.192	11.428.166
Despesas financeiras		<u>(809.134)</u>	<u>(9.945.775)</u>
		516.058	1.482.391
Lucro antes dos impostos		35.754.579	65.758.583
Imposto de renda e contribuição social correntes		(12.249.082)	(21.928.363)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>103.153</u>	<u>150.869</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>23.608.650</u></u>	<u><u>43.981.089</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	23.608.650	43.981.089
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>23.608.650</u>	<u>43.981.089</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	Capital Social	Reservas de lucro		Lucros acumulados	Dividendos à disposição da AGO	Total
		Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	121.544.940	21.072.044	3	-	58.399.725	201.016.712
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(58.399.725)	(58.399.725)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	43.981.089	-	43.981.089
Destinações:						
Reserva legal	-	2.199.054	-	(2.199.054)	-	-
Retenção de lucros	-	-	31.336.526	(31.336.526)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(10.445.509)	-	(10.445.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>121.544.940</u>	<u>23.271.098</u>	<u>31.336.529</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>176.152.567</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.608.650	-	23.608.650
Destinações:						
Reserva legal	-	1.037.889	-	(1.037.889)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(5.642.690)	-	(5.642.690)
Retenção de lucros	-	-	16.928.071	(16.928.071)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>121.544.940</u>	<u>24.308.987</u>	<u>48.264.600</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>194.118.527</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	23.608.650	43.981.089
Ajustes no resultado		
Amortização	28.404.303	26.242.567
Constituição de provisão para contingências passivas	441.233	510.048
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	361.104	204.858
Constituição de provisão de fornecedores	786.230	777.068
Constituição de provisão de administradores cedidos	550.387	550.387
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(103.152)	(150.869)
Atualização Ship or Pay e variação cambial transporte	506.587	440.723
Baixa de bens do intangível	654.902	339.336
	<u>55.210.244</u>	<u>72.895.207</u>
Redução (aumento) nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(19.538.558)	1.717.417
Tributos a recuperar	-	137.743
Estoques	(156.945)	(228.275)
Adiantamento a fornecedores	(3.457.559)	(3.202.400)
Outras contas do ativo	(329.852)	269.206
Fornecedores	(1.687.794)	29.644.137
Obrigações tributárias	1.571.000	(2.488.607)
Imposto de renda e contribuição social	(5.520.169)	(20.248.598)
Obrigações sociais e trabalhistas	636.045	443.185
Cauções em garantia	(206.888)	(301.576)
	<u>(28.690.720)</u>	<u>5.742.232</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	26.519.524	78.637.439
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	<u>(32.868.405)</u>	<u>(42.175.641)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(32.868.405)	(42.175.641)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	(4.528.999)	(8.186.021)
Pagamento de dividendos	<u>(10.445.509)</u>	<u>(77.584.580)</u>
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(14.974.508)	(85.770.601)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(21.323.389)	(49.308.803)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>59.208.510</u>	<u>108.517.313</u>
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>37.885.121</u>	<u>59.208.510</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS, sociedade de economia mista criada em 25 de fevereiro de 1994 através da Lei nº 8.999/93, localizada na Rua Antônio Luz, 255, Centro, Florianópolis – SC, possui como objeto social a distribuição de gás natural canalizado, com exclusividade em todo o Estado de Santa Catarina, conforme estabelece a Lei nº 9.493/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos, contados a partir dessa data. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC também é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

Em 2012 a Companhia apresenta redução no seu capital circulante líquido, decorrente do elevado aumento no custo de aquisição do gás natural, o qual, em desacordo com o estabelecido no contrato de concessão, não está sendo totalmente repassado para as tarifas de venda devido a não aprovação da agência reguladora.

Como forma de minizar os impactos no seu fluxo de caixa, a Companhia obteve reajustes tarifários autorizados pela AGESC para 2012 de 15%, distribuídos nos meses de abril, julho e outubro (5% por reajuste). Adicionalmente, em agosto do corrente ano a Diretoria Executiva decidiu suspender o plano de Fidelidade dado a clientes de grande consumo o que representará um aumento no faturamento para estes na ordem média de 12,5%, contribuindo assim para a melhora no caixa da Companhia.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria executiva em 28 de fevereiro de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre as estimativas estão descritas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - Intangíveis
- Nota 13 – Provisões para processos judiciais
- Nota 5 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

i. Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

ii. Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes, por isso é obrigatória registro das receitas e custos de construção.

A SCGÁS não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural - RDGN, para a SCGÁS, se apresenta integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão.

Assim, em virtude do descrito acima, a Companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

b. Instrumentos financeiros não derivativos

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na festão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos da dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do

instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

d. Intangível

Contrato de Concessão

A Companhia possui com o Estado de Santa Catarina um contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás canalizado, no qual o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados, a que preço, bem como detém o direito a infraestrutura construída pela concessionária ao final da concessão. Por meio desse contrato a concessionária tem o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do mesmo.

A Companhia reconhece como ativo intangível os valores dispendidos para formação dos ativos reversíveis (infraestrutura), passíveis de recuperação via tarifa, em até 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Na análise da vida útil estimada de seus ativos intangíveis a Companhia interpretou e considerou, em atendimento as premissas do cálculo tarifário, os seguintes critérios: (i) a base de recuperação dos investimentos na infraestrutura e (ii) manutenção do equilíbrio entre receita e custos da atividade, definindo a amortização pelo prazo de 10 anos, pois representa o consumo do seu benefício econômico e consequentemente a vida útil estimada de seu ativo intangível, gerados na formação dos bens reversíveis.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis, e consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração

considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido e a contribuição social corrente e diferida. O tributo corrente e o diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

g. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

h. Variação cambial transporte

A variação cambial do transporte de gás do exercício atual é reconhecida no resultado de acordo com a variação cambial do dólar, conforme contrato firmado entre as companhias de gás e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

i. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custo de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições.

j. Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma empresa paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições, para um plano de contribuição definida, cujos vencimentos são maiores que 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos a partir dos saldos de contas.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte; e
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

k. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

1. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do

capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/12	31/12/11
Caixa	5.495	6.108
Bancos conta movimento	23.225.620	30.015.127
Aplicações financeiras	9.276.974	24.121.292
Numerários em Trânsito	<u>5.377.032</u>	<u>5.065.983</u>
	<u><u>37.885.121</u></u>	<u><u>59.208.510</u></u>

i. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	31/12/12	31/12/11
Distribuição de gás canalizado	51.908.376	32.369.818
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.247.714)</u>	<u>(886.611)</u>
	<u><u>50.660.662</u></u>	<u><u>31.483.207</u></u>
Circulante	38.264.587	31.483.207
Não circulante	12.396.075	-

i. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos.

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2012, segregado pela faixa de idade dos saldos:

	A vencer	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 360 dias	> 360 dias	Total
Cientes	<u>38.185.184</u>	<u>9.950.076</u>	<u>2.622.595</u>	<u>182.547</u>	<u>967.974</u>	<u>51.908.376</u>
	<u><u>38.185.184</u></u>	<u><u>9.950.076</u></u>	<u><u>2.622.595</u></u>	<u><u>182.547</u></u>	<u><u>967.974</u></u>	<u><u>51.908.376</u></u>

O valor reclassificado para o ativo não circulante no montante de R\$ 12.396.075 refere-se a títulos a receber de 8 clientes que entraram com ação judicial na Comarca de Florianópolis

questionando a suspensão do plano de fidelidade, onde obtiveram, liminares que concedem o direito de depósito regular em juízo do valor que corresponderia ao referido desconto do plano de fidelidade, que representa em média um percentual de 12,5% da fatura total.

Apesar de haver algumas pequenas diferenças entre decisões liminares, todas elas, sem exceção, condicionaram suas eficácias aos depósitos judiciais para garantir que a SCGÁS receba integralmente os valores controversos e não pagos à Companhia em razão das liminares.

Com base no disposto acima, tais valores não foram tratados como inadimplência, e dessa forma não estão sendo provisionados.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício foi a seguinte:

	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2011	886.611
Provisão constituída no exercício	<u>361.103</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u><u>1.247.714</u></u>

6 Tributos diferidos

	31/12/12	31/12/11
Diferenças Temporárias IR e CSLL		
Provisão para contingências passivas	839.911	689.891
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	424.223	301.448
Aluguel da faixa de domínio	1.154.380	921.874
Mudança critério Amortização	(275.610)	-
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	<u>685.925</u>	<u>812.464</u>
	<u><u>2.828.829</u></u>	<u><u>2.725.677</u></u>

O diferimento de tributos relativos a aluguel das faixas de domínios são decorrentes da apropriação dos valores de contratos a pagar a Auto Pista Litoral Sul, que serão quitados junto a mesma. O não pagamento está sendo discutido na esfera administrativa, em virtude da Auto Pista Litoral Sul impor valores considerados pela Companhia como exorbitantes. Por se tratar de serviço público e essencial, o gás tem sido transportado por meio dos gasodutos localizados nas faixas de domínio de propriedade daquela empresa.

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos a recuperar no montante de R\$ 685.925 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 812.464 em 31 de dezembro de 2011) são decorrentes das mudanças previstas na Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, sendo que a sua completa recuperabilidade irá ocorrer até o ano de 2018.

7 Adiantamento a fornecedores

O montante de R\$1.266.584 classificado no ativo circulante, refere-se ao Take or Pay – TOP pago em dezembro de 2012, oriundo da diferença entre o volume de gás contratado e o efetivamente retirado e calculado conforme a regra de leilão de gás de curto prazo atual oferecido pela Petrobras. A expectativa da Companhia é recuperar esse valor no primeiro trimestre de 2013.

O montante de R\$ 24.574.516 (R\$ 19.631.603 em 31 de dezembro de 2011 no ativo não circulante) refere-se à diferença entre a capacidade de transporte contratada e a efetivamente utilizada conforme Aditivo Contratual de 02 de fevereiro de 2007, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras.

De acordo com o referido contrato a Companhia possui obrigação mínima de transporte diário de 1.900.000m³. A medição de tal utilização se dá anualmente, sendo que o aditivo supramencionado convencionou o exercício como tendo início no dia 1º de abril e término em 31 de março.

Assim, quando apurado diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente transportado durante o exercício, a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença.

A quantidade quitada e não consumida poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 10 (dez) anos.

A movimentação do Ship or pay ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 se deu como segue:

Saldo em 31/12/2011	19.631.603
(+) Adições	2.607.611
(+) Atualização	2.751.938
(-) Compensação	<u>(416.636)</u>
Saldo em 31/12/2012	<u><u>24.574.516</u></u>

A recuperação destas quantidades teve início em agosto de 2011 e a conclusão do saldo acumulado, segundo estudos efetuados pela Companhia, está atualmente prevista para Março de 2017, conforme apresentado no quadro a seguir:

Recuperação SOP SOP ac. - m ³	m ³ Volume	Data Ano - Período	Período de recuperação Período
Recuperação dos valores de 2007	74.304.083	Ano 8 - Abr07/Mar08	Mar/13 a Abr/15
Recuperação dos valores de 2008	27.196.549	Ano 9 - Abr08/Mar09	Abr/15 a Ago/15
Recuperação dos valores de 2009	43.299.567	Ano 10 - Abr09/Mar/10	Ago/15 a Mai/16
Recuperação dos valores de 2010	36.187.455	Ano 11 – Abr 10/Mar11	Mai/16 a Out/16
Recuperação dos valores de 2011	20.394.065	Ano 12 – Abr11/Mar12	Out/16 a Fev/17
Recuperação dos valores de 2011 Complementar	264.182	Ano 12 – Abr11/Mar12	Out/16 a Fev/17
Recuperação dos valores de 2012 Previsto	<u>10.646.138</u>	Ano 13 - Abr12/Mar14	Fev/17 a Abr/17
Total a recuperar	<u><u>212.292.039</u></u>		

8 Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/12	31/12/11
Terrenos	-	387.990	363.990
Tubulações	10%	299.757.041	273.210.649
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	67.472.649	65.514.598
Sistemas e equipamentos de informática	10%	3.109.655	3.139.531
Equipamentos e móveis administrativos	10%	1.358.050	1.315.736
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	416.772	415.583
Sistema de gestão	10%	1.212.375	1.159.551
Software	10%	1.558.131	1.432.662
Intangível a amortizar	-	<u>52.593.866</u>	<u>49.100.726</u>
		427.866.529	395.653.026
(-) Amortização acumulada		<u>(229.706.634)</u>	<u>(201.302.331)</u>
		<u>198.159.895</u>	<u>194.350.695</u>

A movimentação do ativo intangível ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 se deu como segue:

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2012
Terrenos	363.990	24.000	-	-	-	387.990
Tubulações	119.159.801	-	(25.623)	26.572.015	(22.907.933)	122.798.260
Aparelhos, máquinas e equipamentos	23.121.578	856.416	(208.460)	1.310.094	(5.432.259)	19.647.369
Sistemas e equipamentos de informática	1.141.528	287.366	(317.242)	-	126.894	1.238.546
Equipamentos e móveis administrativos	539.446	44.742	(2.428)	-	(95.419)	486.341
Benfeitorias em imóveis de terceiros	261.046	1.529	(340)	-	(28.928)	233.307
Sistema de gestão	152.015	52.824	-	-	-	204.839
Software	510.565	125.470	-	-	(66.658)	569.377
Intangível a amortizar	<u>49.100.726</u>	<u>31.476.058</u>	<u>(100.809)</u>	<u>(27.882.109)</u>	<u>-</u>	<u>52.593.866</u>
	<u>194.350.695</u>	<u>32.868.405</u>	<u>(654.902)</u>	<u>-</u>	<u>(28.404.303)</u>	<u>198.159.895</u>

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculados à prestação do serviço especificado no contrato de concessão de serviços.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivos Contratos de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição, segundo o entendimento da administração, está intrinsecamente relacionada ao benefício econômico por ele gerado,

relacionado ao cumprimento do contrato de concessão. Em virtude disto e do determinado no Contrato de Concessão para o cálculo da tarifa para distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens da concessão com a taxa de 10% ao ano. Cumpre destacar que o prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994.

Todos os bens da Companhia, de acordo com o contrato de concessão, serão reversíveis ao poder concedente no término do mesmo, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido a Companhia. Em virtude das taxas de amortização utilizadas, no término da concessão os ativos já estarão totalmente amortizados. Desta forma, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possui valores a receber do poder concedente.

9 Fornecedores

	31/12/12	31/12/11
Fornecedor de Gás - Petrobras	86.253.677	83.495.058
Fornecedores de materiais e serviços	<u>9.358.918</u>	<u>9.760.577</u>
	<u><u>95.612.595</u></u>	<u><u>93.255.635</u></u>

10 Financiamentos

Tipo	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/12		31/12/11	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES 2	4% ao ano mais TJLP	15/11/2013	<u>4.151.582</u>	-	<u>4.528.999</u>	<u>4.151.582</u>
			<u><u>4.151.582</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>4.528.999</u></u>	<u><u>4.151.582</u></u>

A garantia do financiamento BNDES 2 é a manutenção dos títulos em cobrança de alguns clientes especificados em contrato. Tal empréstimo possui vencimento final para 15 de novembro de 2013. Não há cláusulas relativas a *covenants* financeiros nos contratos de empréstimos mantidos pela Companhia.

11 Obrigações tributárias

	31/12/12	31/12/11
Cofins a recolher	1.100.821	448.341
Pis a recolher	238.994	97.337
ICMS a recolher	2.215.370	1.200.830
Outros	<u>118.167</u>	<u>355.844</u>
	<u><u>3.673.352</u></u>	<u><u>2.102.352</u></u>

12 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/12	31/12/11
Imposto de renda pessoa jurídica	5.685.921	10.959.058
Contribuição social sobre o lucro	<u>(1.335.340)</u>	<u>(1.088.308)</u>
	<u>4.350.581</u>	<u>9.870.750</u>

13 Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte em processos civis, trabalhistas, tributários e outros assuntos que estão sendo discutidos judicialmente. Com base no CPC 25 e na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essas contingências no montante de R\$ 2.470.326 (R\$2.029.093 em 31 de dezembro de 2011) que possuem risco de perda classificado como provável.

Parte desses processos, no montante aproximado de R\$17 milhões, foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não provisionado tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme apresentado abaixo:

	Civil	Trabalhista	Tributária	Total
Provável	741.593	1.683.270	45.463	2.470.326
Possível	<u>454.052</u>	<u>820.841</u>	<u>15.944.236</u>	<u>17.219.129</u>
	<u>1.195.645</u>	<u>2.504.111</u>	<u>15.989.699</u>	<u>19.689.455</u>

14 Cauções em garantia

A SCGÁS por ser Companhia de economia mista tem por obrigação legal, Lei 8.666/96, reter valores relativos a garantias de propostas comerciais e garantias contratuais, 1% e 5%, respectivamente, do valor do contrato. Tais valores são depositados pelos fornecedores que participam e vencem os processos licitatórios, sendo tais valores devolvidos ao término do contrato corrigido monetariamente pelo INPC. Em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 302.869 e R\$ 635.836 (R\$ 305.784 e R\$ 839.807 em 31 de dezembro de 2011) estão apresentados no passivo circulante e no passivo não circulante, respectivamente.

15 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 10.749.497 ações, sendo 3.583.167 ações ordinárias e 7.166.330 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2011), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			% de participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc	1.827.415	-	1.827.415	17%
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Infraestrutura de Gás para a Região Sul - Infragás	<u>107.496</u>	<u>-</u>	<u>107.496</u>	<u>1%</u>
	<u>3.583.167</u>	<u>7.166.330</u>	<u>10.749.497</u>	<u>100%</u>

a. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Destaca-se que no exercício findo de 31 de dezembro atingiu-se o limite estabelecido pela legislação societária.

b. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

c. Dividendos

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, para o exercício, nos termos da legislação societária e estatuto social da SCGÁS.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui provisionado o montante de R\$5.642.690, referente aos dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o seu estatuto social e Lei 6.404/76.

16 Receita

a. Receita líquida de vendas

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/12	31/12/11
Receita bruta de distribuição de gás	747.693.265	624.712.136
Deduções da receita bruta		
ICMS sobre vendas	(79.127.922)	(66.532.215)
ICMS – ST	(12.051.749)	(12.133.429)
PIS sobre vendas	(12.151.539)	(10.109.812)
COFINS sobre vendas	<u>(55.970.728)</u>	<u>(46.566.405)</u>
	<u>(159.301.938)</u>	<u>(135.341.861)</u>
Receita líquida	<u><u>588.391.327</u></u>	<u><u>489.370.275</u></u>

b. Receitas e custos de construção

	31/12/12	31/12/11
Receita de construção	32.868.405	38.924.919
Custos Construção	<u>(32.868.405)</u>	<u>(38.924.919)</u>
Resultado de Construção	-	-

17 Custo dos produtos vendidos

	31/12/12	31/12/11
Custo gás natural	483.252.205	358.892.800
Custo com pessoal	6.093.704	2.172.795
Materiais	517.068	599.096
Serviços de terceiros	4.627.979	4.268.147
Alugueis	3.603.902	4.067.461
Gastos gerais	247.523	605.753
Amortização intangível	27.142.344	24.944.273
	<u>525.484.725</u>	<u>395.550.325</u>

18 Partes relacionadas

O controle da Companhia é compartilhado entre Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

a. Transações com partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas compreendem os saldos a receber e a pagar decorrentes de operações comerciais de compra e venda de gás natural por empresas pertencentes a Petrobras Brasileiro S.A.

Composição dos saldos	31/12/12	31/12/11
Ativo circulante		
Contas a receber BR Distribuidora	1.789.301	1.933.253
Adiantamento fornecedor de gás - Petrobras	1.266.584	-
Ativo não circulante		
Adiantamento fornecedor de gás - Petrobras	24.574.516	19.631.603
Passivo circulante		
Fornecedor de gás - Petrobras	86.253.677	83.495.058
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	43.291.832	30.283.861
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	613.514.214	522.604.765

b. Remuneração - Conselho de administração, fiscal e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, estão demonstradas a seguir:

	31/12/12	31/12/11
Conselho de administração	118.929	107.441
Conselho fiscal	71.793	67.473
Administradores	<u>773.399</u>	<u>775.824</u>
	<u>964.121</u>	<u>950.738</u>

19 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que em se tratando das contas a receber de clientes o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao

mesmo tempo otimizar o retorno.

i. Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com o fornecedor Petrobras. Em decorrência do comportamento do câmbio até junho de 2012 este risco está maximizado, pelo resultado negativo de variação cambial reconhecido no resultado na composição do custo do gás no montante de R\$ 5 milhões. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a este risco, visto que tais valores são repassados ao consumidor quando da revisão tarifária.

ii. Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a este risco.

iii. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

Conforme previsto no contrato de compra e venda de gás natural firmado entre Petrobras e a SCGÁS, os reajustes têm previsão de ocorrer a cada trimestre, entretanto, conforme contrato de concessão, o repasse ao consumidor depende de autorização da Agencia Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	31/12/2012	31/12/2011
	Empréstimos e	Empréstimos e
	recebíveis	recebíveis
Ativos		
Caixa e Equivalente de Caixa	37.885.121	59.208.510
Contas Receber Clientes	38.264.587	31.483.207
Passivos		
Fornecedores	95.612.595	93.255.635
Financiamentos	4.151.582	8.680.581

b. Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos de incorrer em perdas por conta de flutuações em taxas de juros, ou outros indexadores.

Abaixo estão demonstrados os montantes que estão sujeitos a tais riscos em 31 de dezembro de 2012:

	Montante	Tx
Aplicações financeiras	9.276.974	11,60%
Empréstimos	4.151.582	6%
Adiantamento Fornecedores	25.841.100	0,1000870

A Companhia adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme descrito na nota nº 4. As captações são provenientes a operações junto ao BNDES, conforme nota nº 10. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os valores da citada exposição são apresentados a seguir:

Tx	Cenário Provável	Cenário Possível (25%)	Cenário remoto (50%)
CDI -11,6%	1.076.129	1.345.161	1.614.193
TJLP - 6%	249.095	311.369	373.642
Valor do M3 GN - 0,100087	3.023.449	9.922.940	16.822.431

20 Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos nas suas operações.

As premissas de risco adotadas, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.